

ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Responsável	CSAN	Nº	057
Assunto/Objetivo	Reunião de Ponto de Controle GNN-SIGEP-JT	Data	22/9/2021
Local	Videoconferência	Horário	14h-15h20

2. PARTICIPANTES

Nome	Área	E-mail	Presente
Alysson Osmar Ribeiro	CSAM	alysson.ribeiro@tst.jus.br	Sim
Anísio Renato de Andrade	TRT3	anisiora@trt3.jus.br	Sim
Bruno Motta	TRT2	bruno.motta@trtsp.jus.br	Sim
Ciwannyr Machado de Assumpção	TRT3	ciwannyr@trt3.jus.br	Sim
Cláudio Anatólio de Castro	TRT3	claudic@trt3.jus.br	Sim
Diego Martins Garcia	TRT3	diegomg@trt3.jus.br	Sim
Ezilda Luci Matias Silva	TRT6	ezilda.luci@trt6.jus.br	Não
Giuliana Pardo Policastro La Guardia	TRT15	gpolicastro@trt15.jus.br	Sim
Hugo Machado	CSAN	hugo.machado@tst.jus.br	Sim
Janaina Diniz Pereira Rabello	CSAN	janaina.rabello@tst.jus.br	Sim
Lúcia Helena Costa	TRT2	lucia.helena@trtsp.jus.br	Não
Luciana Corso	TRT4	luciana.corso@trt4.jus.br	Não
Lucileide Caiana	TRT2	lucileide.caiana@trtsp.jus.br	Sim
Ludmila Pinto da Silva	TRT3	ludmils@trt3.jus.br	Sim
Luiz Cláudio Dias	TRT12	luiz.dias@trt12.jus.br	Sim
Márcia Cristina Utsch Moreira	TRT3	marciaum@trt3.jus.br	Sim
Natércia Falcão	TRT3	sabinesg@trt3.jus.br	Sim
Sabine Sirimarco Gomes	TRT3	sabinesg@trt3.jus.br	Sim
Secretaria de Informações Funcionais	TRT3	seim@trt3.jus.br	Sim
Silvana Silva	CSAN	scdsilva@tst.jus.br	Sim
Ricardo Bahia Rachid	TRT3	ricardbr@trt3.jus.br	Sim
Vitor César Martins Nobre	TRT2	vitor.nobre@trtsp.jus.br	Não

3. PAUTA DA REUNIÃO

Item	Tópico
3.1	Recados específicos: GECJ, Passivos, Autoatendimento.
3.2	Feedback da homologação local e homologação nacional.

4. INFORMAÇÕES

Item	Descrição	Classificação
4.1	Hugo (CSAN) avisou à Márcia (TRT3) que o processo administrativo sobre pendências do GECJ seguiu uma linha para resolver o questionamento feito pelo TRT17 e finalizou com a manifestação da Ministra Presidente por meio de Ofício encaminhado a aquele Tribunal. Os demais assuntos tiveram uma	Informação

ATA DE REUNIÃO

	<p>proposta de solução da SGEPEs, no qual houveram questionamentos do TRT3, e a Janaína (SGPES) fez um realinhamento com a assessoria jurídica, informando que está sendo finalizado com um parecer para decidir se será pautado no Plenário do CSJT ou se será publicada uma recomendação por meio da Ministra Presidente. Em breve, haverá uma definição sobre isso, já que este processo está classificado também como urgente. Janaína ficou de repassar a data prevista que posteriormente também será repassada à Márcia.</p>	
4.2	<p>Hugo (CSAN) informou sobre a alteração de prazo para entrega de informações sobre Passivos. Pediu ao Ricardo Rachid (TRT3) que alinhasse junto à equipe do Projeto e os Tribunais para definir Tribunais Pilotos para fazer a implantação e apuração por meio do módulo Passivos já nesse ciclo de outubro de 2021. Neste primeiro ciclo, a ideia não é obrigar que todos os Tribunais apurem e paguem passivos por meio do módulo, mas que se possa começar com Tribunais pilotos. Ricardo informou que alguns Tribunais já implantaram, mas não estão utilizando assiduamente, porque alguns ainda dependem de pendências da TI, outros fizeram migração e, no caso do TRT3, possui passivos de pessoas que saíram do Tribunal há muitos anos e que se perdeu o contato. Hugo informou que foi feito um levantamento via Ofício (registrado em planilha) a respeito dos Tribunais que estariam preparados para fazer a apuração e pagamento de passivos por meio do módulo, com a indicação que estavam prontos ou a data que estariam prontos. Informou que a Dra. Carolina (Secretária CSJT) sugeriu que beneficiasse primeiramente os Tribunais que apresentaram-se como prontos. Ricardo informou que vai fazer uma pesquisa e, de acordo com a planilha a ser enviada por Hugo, irá sugerir adesão à implantação do módulo. Hugo afirmou ser importante reforçar junto aos Tribunais o ganho que terão com a confiabilidade dos dados.</p>	Informação
4.3	<p>Hugo (CSAN) informou à Giuliana (TRT15) sobre levantamento necessário a respeito do recebimento de fatos apurados de Auditoria. Solicitou que seja priorizado esse levantamento. Giuliana informou que internamente este assunto já foi direcionado para área técnica para que seja emitido um parecer. Giuliana acredita haver um problema de leitura de rúbrica e que tem uma questão do abono que foi corrigida nesta última versão. Avisou que o abono ainda estava em desenvolvimento, não havia sido completamente entregue e que pensa que com a entrega desta última versão, não haverá mais problemas.</p>	Informação
4.4	<p>Giuliana (TRT15) aproveitou a oportunidade para salientar que o envolvimento dos Tribunais nas discussões dos requisitos de negócio tem trazido uma experiência muito rica e que as soluções já estão saindo com um propósito mais geral para atendimento das necessidades de todos os Tribunais. Hugo destacou a importância desse tipo de envolvimento e informou que com a consolidação da Pesquisa de implantação do SIGEP-JT realizada junto aos Tribunais, um dos pontos será propor envolver os Comitês Gestores Regionais no processo de planejamento das versões, para que, após isso, o GNN, já tendo a visão dos Comitês, possa priorizar corretamente o que atende às diretrizes estratégicas e o que mais atende a todos os Tribunais. Lêda (TRT2) questionou à Giuliana (TRT15) como foi o processo de</p>	Informação

ATA DE REUNIÃO

	<p>aproximação entre os Tribunais e qual a periodicidade das reuniões. Giuliana explicou que o primeiro contato é sempre com o GNN do Tribunal, que é quem lida realmente com o sistema, e que estão tentando aproveitar as pessoas que atuam em áreas específicas, mas nem sempre o Tribunal tem disponível um colega de cada área. É realizada uma reunião de planejamento e as pessoas envolvidas participam junto com a TI do TRT15 na sprint e isso facilita o entendimento por parte dos envolvidos em como funciona o Autoatendimento. Luiz (TRT12) informou que o importante é unir as pessoas que realmente trabalham com o projeto e que utilizam o sistema, quem conhece das regras de negócio, essas são as pessoas que realmente podem colaborar com os projetos. Hugo complementou afirmando que esta colaboração e envolvimento dos Tribunais quebra resistências na utilização de soluções nacionais, pois permite que os Tribunais conheçam os outros módulos e reconheçam os ganhos que terão ao implantar as soluções.</p>	
4.5	<p>Márcia (TRT3) informou que, com relação ao GECJ, muitos Tribunais não sabem o que está sendo desenvolvido e que, em 2019, o TRT2 construiu e distribuiu um documento com as regras de negócio do GECJ e poucos deram retorno. Afirmou que o desenvolvimento do módulo está adiantado. Foi proporcionado a participação dos Tribunais, mas muitos não se manifestaram. Receia que, com a consolidação do módulo e do regramento, poderá haver grande repercussão financeira, pois GECJ lida com dinheiro público. Hugo (CSAN) informou que alguns módulos que ainda estão na fase de projeto, como é o caso do GECJ, geram certa resistência por parte dos Tribunais, pois não abarcam ainda todas as funcionalidades de um sistema legado. Com a Pesquisa SIGEP-JT, verificamos que alguns Tribunais não conhecem determinados módulos e que uma das linhas de atuação do CSJT é realizar um trabalho de divulgação de forma efetiva em parceria com os TRMs para que as resistências sejam superadas. A começar com o Autoatendimento, que é a imagem do SIGEP-JT para os principais usuários, servidores e magistrados, e depois os demais produtos para conseguirmos consolidá-los no cenário de implantação nacional. Com a implantação do Módulo Principal e Folha Web na maioria dos Tribunais, esse processo de implantação dos demais módulos será mais natural. A ideia é consolidar o relatório da Pesquisa e convidar o GNN para discutir os resultados de cada módulo. Como GECJ e Designação de Magistrados não foram objetos da pesquisa, por serem módulos novos, a discussão será específica para montar uma estratégia de divulgação e nacionalização destes produtos. Será montado um cronograma pela CSAN e Bruno (Gerente do Programa/TRT2) para realizar estas discussões.</p>	Informação
4.6	<p>Giuliana (TRT12) informou que o ASSIPE é um módulo online de atualização cadastral do Autoatendimento, no qual os aposentados e pensionistas entram no formulário, atualizam os dados e já registram no Módulo Principal, ou seja, é uma solução cuja implantação do Autoatendimento facilitaria para todos os Tribunais. Ricardo (TRT3) complementou que, no seu Tribunal, foi promovido um curso de FolhaWeb no qual já participaram o TRT15, TRT4 e TRT5 e que a experiência foi positiva. Pretendem fazer isso para Passivos. Lêda (TRT2) solicitou ao Ricardo que avisasse quando cursos forem promovidos para abarcar mais pessoas e Tribunais, pontuou que isso</p>	Sugestão / Solicitação

ATA DE REUNIÃO

	também evita abertura de tarefas no Redmine com dúvidas, incidentes e melhorias já existentes. Reforçou a importância da replicação do conhecimento.	
4.7	Hugo (CSAN) solicitou que enviem por e-mail os nomes das pessoas (substituto, apoio ao GNN) que gostariam de incluir na lista de e-mails do GNN para convocação das reuniões e recebimento de informações pertinentes ao GNN até a data de 24/09/2021.	Sugestão
4.8	Hugo (CSAN) solicitou um <i>feedback</i> a respeito do fechamento da versão 1.24 do SIGEP-JT, versão esta que teve um ciclo diferente, tanto no processo de homologação do GNN quanto no de homologação nacional. Questionou se houve algum posicionamento reportado pelos Tribunais, se no ciclo de desenvolvimento tiveram alguma dificuldade e se houve alguma demanda que o GNN teve que atuar durante o processo de homologação nacional. Diego (TRT3) informou que a homologação no decorrer do desenvolvimento melhorou bastante o processo, homologando o tempo todo, e quando vai para a homologação nacional ficam apenas os testes de integração. Giuliana (TRT15) disse que otimizou o processo e que a colaboração dos outros Tribunais envolvidos enriqueceu os testes. Na homologação nacional, houve abertura de Redmine, mas que teve o apoio do TRT2. Informou que é um desafio para o GNN manter as demandas com o status atualizado, mas que com essa nova forma de homologar o GNN conseguia de imediato dar transparência de todo o processo.	Informação / Sugestão
4.9	Ciwannyr (TRT3) informou que será inserido mais uma opção de cadastro de pessoas com deficiência no Módulo Principal na versão 1.25 e os Tribunais vão precisar rever seus dados, porque as pessoas que tinham deficiência monocular eram classificadas como deficiente visual. Separar este indicador se faz necessário, Questionou se é necessário enviar aos Tribunais um comunicado para as áreas de saúde reverem esta classificação em seus cadastros. Bruno (TRT2) sugeriu que Ciwannyr enviasse um e-mail para que seja registrada essa necessidade de comunicação e informou que verificaria com a Janaína (SGPES) se haverá uma comunicação geral sobre o eGestão, também aproveitaria para tratar dessa parte específica.	Informação
4.10	Bruno (TRT2) informou que existem pequenas alterações na composição do GNN-SIGEP-JT, pois o Vitor Nobre (TRT2) pediu para ser substituído pela Érica Futagawa (TRT2) e o Francisco Chagas irá integrar o GNN do GEST. Assim, é necessário incluí-los para participar destas reuniões.	Informação / Solicitação
4.11	Hugo (CSAN) solicitou ao GNN estimular a TI, no momento oportuno, a participarem do processo de homologação nacional, pois alguns Tribunais que são TRMs não participaram. Sugeriu que quem tiver a oportunidade de usar o módulo de Passivos para fazer a apuração no mês de outubro, que o faça.	Informação
4.12	Anísio (TRT3) solicitou informação a respeito de quem está utilizando o Autoatendimento, pois estão tendo dificuldades na implantação e gostaria de saber se era problema do TRT3 ou se estava acontecendo com outros. Hugo (CSAN) informou que alguns Tribunais tiveram problemas na implantação e que atualmente existem 15 Tribunais que estão implantando, sendo o TRT15 o único que o utiliza em produção. Será alinhado com a equipe técnica do Autoatendimento como eliminar esses problemas de	Informação / Solicitação

ATA DE REUNIÃO

	<p>implantação e explicou que, em tese, com a geração do Docker e com o Liquibase fazendo a parte de banco de dados, essas dificuldades técnicas na próxima versão serão quase todas superadas. A proposta é enviar um Ofício solicitando a implantação do Autoatendimento e os assisti-los com mais proximidade na implantação para desengargalar estes Tribunais que estão com dificuldades. Márcia (TRT3) questionou se as funcionalidades “recadastramento” e “promoção/remoção” são contempladas no Autoatendimento e se já estão sendo homologadas. Giuliana (TRT15) informou já terem sido distribuídas na versão e estão em produção. Luiz (TRT12) sugeriu que como o recadastramento é um submódulo do Autoatendimento, a implantação fosse progressiva, começando por este submódulo, porque o submódulo de frequência é mais complexo. Hugo sugeriu que desligar o sistema paralelo seja a melhor possibilidade de se implantar gradualmente. Informou que o Autoatendimento será usado como estratégia para disseminar a implantação do SIGEP-JT, com a recomendação de que todos os Tribunais implantem todos os módulos de forma gradual, porque se sabe também da limitação de recursos humanos para estas implantações.</p>	
4.13	<p>Natércia (TRT2) informou que foram abertas melhorias no Redmine e a Dra. Ciwannyr fez um convite para que os demais Tribunais também contribuíssem para o desenvolvimento da parte de psicologia. O grupo de trabalho agora conta com psicólogos.</p>	Informação
4.14	<p>Luiz (TRT12) informou que possuem muito interesse em implantar o Autoatendimento, mas, em virtude do esforço necessário para atendimento do eSocial, essa implantação será postergada. É necessário analisar o contexto do que é mais prioritário no momento e o que impactará mais nos Tribunais. Para o TRT12 o grande desafio é o eSocial. Hugo (CSAN) informou que a prioridade é sempre atender normas e exigências legais, e que até por isso, foi determinada a implantação do SIGS, pois terão de enviar informações de saúde ao eSocial. Em paralelo, tenta-se evoluir e atender as necessidades dos usuários com o oferecimento da implantação das soluções nacionais.</p>	Informação
4.15	<p>Sabine (TRT3) questionou se há alguma orientação com relação à gestão de estagiários, pois a princípio iriam utilizar o GEST, mas não receberam um direcionamento formal se é para usar o GEST ou se o CSJT proverá outra solução. Hugo (CSAN) informou que o Conselho, junto à gestão do programa, está ciente que é necessário traçar uma estratégia para envio dos dados de estagiários ao eSocial, mas a linha atual é de que o GEST, como solução nacional, irá atender ao eSocial. Em alinhamento com o TRT24, eles informaram que o GEST possui alguns impactos técnicos relacionados ao modelo do sistema atual e por isso está se discutindo. As decisões estão ao ponto de serem tomadas para saber qual será a melhor estratégia para atendimento ao eSocial, mas que em alguns dias deve-se ter as decisões já definidas, colocando que o melhor é aguardar.</p>	Informação
4.16	<p>Lêda (TRT2) orientou que o GNN e a equipe de apoio ao GNN que possuem permissão para abrir Defeito em Homologação no Redmine observem a release que estão homologando para abrir as tarefas corretas. No período de homologação nacional, ao encontrar um defeito, é necessário abrir um</p>	Solicitação

ATA DE REUNIÃO

	Defeito em Homologação, pois a release que está sendo homologada é de homologação. Se estiverem homologando uma release de produção, deve-se registrar um Incidente. Defeito em Produção só o TRM pode abrir.	
--	---	--

Classificação: Apresentação, Informação, Decisão, Definição, Solicitação, Sugestão

5. PENDÊNCIAS

Item	Pendência	Responsável	Prazo
5.1	Enviar ao TRT3 (Ricardo Rachid) uma planilha contendo listagem de Tribunais aptos para implantação, apuração e pagamento por meio do módulo Passivos.	CSAN (Hugo)	-
5.2	Envio de e-mail ao Bruno (TRT2) solicitando comunicação aos Tribunais sobre revisão de dados a respeito de deficiência visual / deficiência monocular.	TRT3 (Ciwannyr)	-
5.2	Envio de nomes (substituto, apoio ao GNN) para compor a lista de e-mails do GNN.	Todos	24/09/2021